



ATA Nº 10

REUNIÃO DE JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE DEZANOVE POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE TÉCNICO

Ao vigésimo segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas e trinta minutos, nas instalações do Departamento de Recursos Humanos, reuniu o júri do procedimento concursal em epígrafe, designado por despacho do Sr. Vereador do Departamento de Recursos Humanos de 15 de novembro de 2018, na proposta de abertura do concurso (Informação n.º 127/DGRH/APG/CP_PO, de 09 de novembro de 2018).

Presentes

Presidente:

Dr. João Daniel Gomes Vida Conceição, Técnico Superior da Divisão de Atendimento, Informação e Comunicação.

Vogais efetivos:

Dra. Carla Sofia Lourenço Fernandes Pombal, Técnica Superior da Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

Sra. Patrícia Alexandra Farinha Rodrigues Purificação, Assistente Técnica da Divisão de Atendimento, Informação e Comunicação.

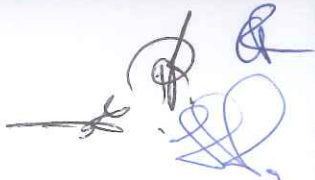
Vogais suplentes:

Dra. Carla Cristina Pratas Semedo, Técnica Superior da Divisão de Gestão de Recursos Humanos.

Deliberou o júri, por unanimidade, proceder à discussão da seguinte ordem de trabalhos:

1. Audiência de interessados;
2. Notificação dos candidatos.

1. No que diz respeito ao ponto 1 da ordem de trabalhos, terminado o prazo de audiência dos interessados relativo à classificação do método de seleção - Entrevista Profissional de Seleção, deliberou o júri, por unanimidade, proceder à análise das pronúncias apresentadas pelos candidatos **Helena Isabel Tavares Morais Espírito Santo dos Santos, José Carlos da Rosa Machado, Márcia Claudia Santos Silva e Patricia Vanessa Barros Moura.**



Helena Isabel Tavares Moraes Espirito Santo dos Santos, pronuncia-se através do requerimento com o registo de entrada n.º E/85990/2019, de 06 de agosto, que fica anexado à presente ata.

Da análise efetuada à exposição apresentada pela candidata, na qual refere a perplexidade relativamente ao resultado da EPS, fazendo referência à sua experiência de atendimento ao público e à sua perceção relativamente ao trabalho que desenvolve, questiona a duração definida para a realização da EPS, nomeadamente a duração aproximada de 20 minutos, e refere terem sido violados os artigos 5.º e 6.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo também sido realizadas referências a classificações atribuídas a outros candidatos, o júri esclarece o seguinte:

A Entrevista Profissional de Seleção visou analisar os fatores *Motivação e Interesse Profissional, Relacionamento Interpessoal e Capacidade de Comunicação*, constando na ficha de avaliação da entrevista profissional de seleção da candidata, a fundamentação da classificação atribuída nos fatores de avaliação. Esclarece ainda o júri que os métodos de seleção utilizados no procedimento concursal têm em vista a avaliação da adequação dos candidatos às exigências do posto de trabalho, de acordo com o perfil pretendido e definido no aviso de abertura, pelo que a finalidade dos métodos de seleção é a de permitir ao júri apreciar várias características/competências do candidato e a sua adequação às tarefas a desempenhar.

Esclarece também o júri que na sua primeira ata, deliberou por unanimidade, os métodos de seleção, os parâmetros de avaliação, a respetiva ponderação, a grelha classificativa e a valoração de cada método, assim como também foi definida a duração dos mesmos, nomeadamente da Entrevista Profissional de Seleção, garantindo, desta forma, equidade na aplicação dos métodos de seleção.

Em relação à Entrevista Profissional de Seleção, e considerando que a classificação atribuída resultou do nível de classificação atribuído a cada fator de avaliação, de acordo com o definido na Ata n.º 1, e de acordo com a interação estabelecida com a candidata naquele momento, o júri delibera, por unanimidade, manter a avaliação da mesma.

Relativamente ao artigo 5.º e 6.º do Código do Procedimento Administrativo, o júri esclarece que, em relação ao artigo 5.º que diz respeito ao princípio da boa administração, todo o procedimento concursal está a ser realizado conforme a legislação em vigor, e relativamente ao artigo 6.º que diz respeito ao princípio da igualdade, o procedimento concursal obedece aos princípios da liberdade de candidatura, de igualdade de condições e de igualdade de oportunidades para todos os candidatos, sendo que os princípios que postulam o procedimento concursal vedam atuações e decisões que consubstanciem ou impliquem um tratamento diferenciado dos candidatos, irrelevante para a capacidade e preparação necessárias à ocupação do posto de trabalho e ditado por situações individualizadas.

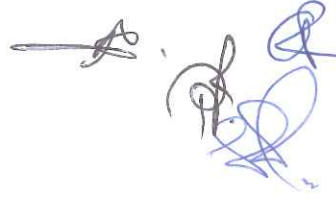
O júri entende também, não serem adequadas as referências que a candidata fez relativamente a classificações atribuídas a outros candidatos.

José Carlos da Rosa Machado, pronuncia-se através do requerimento com o registo de entrada n.º E/88277/2019, de 13 de agosto, que fica anexado à presente ata.

Da análise efetuada à exposição apresentada pelo candidato, o mesmo refere sua perceção relativamente à entrevista realizada, questões colocadas e respostas dadas, refere a sua perceção relativamente ao trabalho que desenvolve, menciona que a sua avaliação foi subvalorizada e que o júri não fundamentou a valoração atribuída, sendo que o júri esclarece o seguinte:

Na sua primeira ata, o júri deliberou por unanimidade, os métodos de seleção, os parâmetros de avaliação, a respetiva ponderação, a grelha classificativa e a valoração de cada método, assim como a duração dos mesmos.

A Entrevista Profissional de Seleção visou analisar os fatores *Motivação e Interesse Profissional, Relacionamento Interpessoal e Capacidade de Comunicação*, constando na ficha de avaliação da entrevista profissional de seleção do candidato, a fundamentação da classificação atribuída aos fatores de avaliação. Esclarece ainda o júri que os métodos de seleção utilizados no procedimento concursal têm em vista a avaliação da adequação dos candidatos às exigências do posto de trabalho, de acordo com o perfil pretendido e definido no aviso de abertura, pelo que a finalidade dos métodos de seleção é a de permitir ao júri apreciar várias características/competências do candidato e a sua adequação às tarefas a desempenhar.



No caso específico da Entrevista de Seleção Profissional, e considerando que a classificação atribuída resultou do nível de classificação atribuído a cada fator de avaliação, de acordo com o definido na Ata n.º 1, e de acordo com a interação estabelecida com o candidato naquele momento, o júri delibera, por unanimidade, manter a avaliação da mesma.

Márcia Claudia Santos Silva, pronuncia-se através do requerimento com o registo de entrada n.º E/87509/2019, de 09 de agosto, que fica anexado à presente ata.

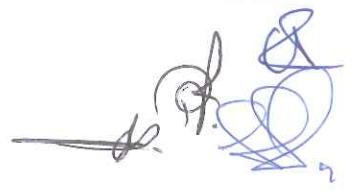
Da análise efetuada à exposição apresentada pela candidata, na qual refere que é o terceiro concurso no qual fica excluída devido à classificação obtida no método de seleção – Entrevista Profissional de Seleção, considera possuir perfil para Assistente Técnica e não se considera merecedora da avaliação atribuída, solicitando informação sobre o motivo de exclusão, o júri esclarece o seguinte:

O júri foi designado para o presente procedimento concursal, assegurando a sua tramitação e deliberando sobre este procedimento concursal.

A Entrevista Profissional de Seleção visou analisar os fatores *Motivação e Interesse Profissional, Relacionamento Interpessoal e Capacidade de Comunicação*, constando na ficha de avaliação da entrevista profissional de seleção da candidata, a fundamentação da classificação atribuída aos fatores de avaliação. Esclarece ainda o júri que os métodos de seleção utilizados no procedimento concursal têm em vista a avaliação da adequação dos candidatos às exigências do posto de trabalho, e que na sua primeira ata, o júri deliberou por unanimidade, os métodos de seleção, os parâmetros de avaliação, a respetiva ponderação, a grelha classificativa e a valoração de cada método, assim como a duração dos mesmos.

Clarifica ainda o júri que nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, na sua redação atual, cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que o compoem, é eliminatório, sendo considerados excluídos do procedimento concursal os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores.

Desta forma, delibera o júri por unanimidade, informar a candidata que o motivo de exclusão deve-se ao facto da classificação obtida no método de seleção - Entrevista Profissional de Seleção ser inferior a 9,5 valores.



Patricia Vanessa Barros Moura, pronuncia-se através do requerimento com o registo de entrada n.º E/84128/2019, de 31 de julho, que fica anexado à presente ata.

A candidata, na sua pronúncia, apresenta a sua perspetiva de como decorreu a entrevista, considerando que deveria ter uma avaliação superior em dois parâmetros de avaliação, tendo realizada referencia ao facto de poder ter sido prejudicada na avaliação da Entrevista Profissional de Seleção por ter mencionado zonas de preferência, relativamente ao local do posto de trabalho, pelo que o júri esclarece o seguinte:

Na sua primeira ata, o júri deliberou, por unanimidade, os fatores e respetivas escalas de avaliação para cada um dos métodos de seleção aplicados, assim como a fundamentação correspondente a cada nível de classificação a atribuir na Entrevista Profissional de Seleção. A Entrevista Profissional de Seleção visou, durante a interação estabelecida entre a candidata e o júri, analisar os fatores *Motivação e Interesse Profissional, Relacionamento Interpessoal e Capacidade de Comunicação*, constando na ficha de avaliação da entrevista profissional de seleção da candidata, a fundamentação da classificação atribuída aos fatores de avaliação.

Os métodos de seleção utilizados no procedimento concursal têm em vista a avaliação da adequação dos candidatos às exigências do posto de trabalho, de acordo com o perfil pretendido e definido no aviso de abertura, pelo que a finalidade dos métodos de seleção é a de permitir ao júri apreciar várias características/competências do candidato e a sua adequação às tarefas a desempenhar.

No caso específico da Entrevista de Seleção Profissional, e considerando que a classificação atribuída resultou do nível de classificação atribuído a cada fator de avaliação, de acordo com o definido na Ata n.º 1, e de acordo com a interação estabelecida com a candidata naquele momento, o júri delibera por unanimidade, manter a avaliação da mesma.

2. Por último, deliberou o júri por unanimidade, notificar os candidatos das deliberações constantes da presente ata.

Não havendo mais assuntos a considerar foi encerrada a reunião.

O JÚRI


(João Conceição)


(Carla Pombar)


(Patrícia Purificação)


(Carla Semedo)